

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos e declaramos que empresa **SEVMAX SERVIÇOS LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o número 04.145.970/0001-36, situada na Rua Ailton Simas, nº. 265 B, Lote Jardim Cristal, Centro, na cidade de Lauro de Freitas, Estado da Bahia, mantém com esta **Fundação Cultural do Estado da Bahia – FUNCEB** o Contrato nº 0026/2015, cujo objeto é a prestação de serviços de **Copa e Cozinha**, conforme exposição abaixo:

Postos de serviço	Locais da prestação do Serviço	Jornada	Quant. de Postos
Copeira	Sede, Teatro Castro Alves, Diretoria do Audiovisual, Centro de Formação em Artes Escola de Dança da FUNCEB	44 horas	07 (sete)

A vigência do referido Contrato teve início em a 23.11.2015, com prazo de execução dos serviços de 12 (doze) meses, estando vigente atualmente o seu 3º Termo Aditivo, com prazo até 22.11.2019. Os serviços têm sido prestados de forma satisfatória, nada havendo que desabone a empresa até presente data.

Salvador, 30 de novembro de 2018



Danilo Costa
Gerente Administrativo

Danilo Costa
Mat.: 54.598.606-8 Cargo: Gerente
Gerência Administrativa



**GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA CULTURA
FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESTADO DA BAHIA**

CONTRATO Nº 026/2015

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DA BAHIA, ATRAVÉS DA FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESTADO DA BAHIA E A EMPRESA SEVMAX SERVIÇOS LTDA ME.

O ESTADO DA BAHIA, por intermédio da **FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESTADO DA BAHIA**, CNPJ 13.266.325/0001-62, situada à Rua Guedes de Brito, 14 Centro Histórico, Salvador-Ba., neste ato representada pela sua Diretora Geral, Sra. **FERNANDA MARIA COLHO DA COSTA TOURINHO**, autorizado pelo Decreto Simples, publicado no D.O.E. de 08/01/2015, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a Empresa **SEVMAX SERVIÇOS LTDA-ME.**, CNPJ 04.145.970/0001-36, Inscrição Estadual nº 054.330.122, Municipal nº 530.163/001-79, situado à Rua Jasmim do Cairo, 188 Bairro Jardim das Margaridas, Salvador-Ba., adjudicatária vencedora do Pregão Eletrônico 002/2015, Processo Administrativo 0606.15.0010611, neste ato representada pelos seu Sócio, Sr. **ARIOVALDO BARRETO SANTANA**, RG. 229386644 SSP/Ba., CPF. 258.021.865-34 e seu Administrador Sr. **KELVIM LOPES SANTANA**, RG.1277386145 SSP/Ba., CPF. 006.897.275-20, doravante denominada apenas **CONTRATADA**, celebram o presente contrato, que se regerá pela Lei estadual nº 9.433/05 (alterada pelas Leis nº 9.658/05 e nº 10.697/08), da Lei Complementar nº 123/06 e alterações, das normas gerais da Lei federal nº 8.666/93, da Lei estadual nº 12.949/2014, do Decreto estadual nº 12.366/2010 (alterado pelo Decreto nº 14.537/2013), do Decreto estadual nº 15.219/2014, da Instrução SAEB/SEFAZ nº 001/2015, da Instrução SAEB nº 014/2014, alterada pela nº 015/2015 e a legislação pertinente, especialmente a Instrução SAEB nº 005/2011 (retificada pela Instrução nº 006/2011 e alterada pela Instrução nº 008/2014), e a Instrução nº 007/2011, mediante as cláusulas e condições a seguir ajustadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

Constitui objeto do presente contrato a **prestação de serviços de Copeira**, de acordo com as especificações e obrigações constantes do Instrumento Convocatório, especialmente as previstas nas **SEÇÕES B-1**, que integram este instrumento na qualidade de **ANEXO I**, e as constantes da Proposta de Preços apresentada pela **CONTRATADA**, que integra este instrumento na qualidade de **ANEXO II**, compreendendo os postos de serviços, carga horária, quantitativos e locais indicados no **ANEXO III** e Planilha de cálculo do percentual a ser retido mensalmente, nos termos do Decreto nº 15.219/2014, na qualidade de **ANEXO IV**.

§1º A **CONTRATADA** ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto, de até 25% do valor inicial atualizado do contrato, na forma dos §1º e 2º do art. 143 da Lei Estadual nº 9.433/05.

§2º As supressões poderão ser superiores a 25%, desde que haja resultado de acordo entre os contratantes.

§3º É vedada a subcontratação parcial do objeto, a associação da **CONTRATADA** com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial do contrato, não se responsabilizando o **CONTRATANTE** por nenhum compromisso assumido por aquela com terceiros.

§4º A admissão da fusão, cisão ou incorporação da **CONTRATADA** com outrem está condicionada à manutenção das condições de habilitação relativas à prestação do serviço e à demonstração, perante a Administração, da inexistência de comprometimento das condições originariamente pactuadas para a adequada e perfeita execução do **CONTRATO**.

§5º Os serviços objeto deste contrato não podem sofrer solução de continuidade durante todo o prazo da sua vigência, devendo ser executados por empregados da **CONTRATADA**, sob a inteira responsabilidade funcional e operacional desta, mediante vínculo de subordinação dos trabalhadores para com a empresa contratada, sobre os quais manterá estrito e exclusivo controle.

CLÁUSULA SEGUNDA – PRAZO - O prazo de vigência do contrato, a contar da data da subscrição da Autorização de Prestação de Serviços – APS, será de 12 (doze) meses, admitindo-se a sua prorrogação nos termos do inc. II do art. 140 da Lei nº 9.433/05, observado o estabelecido no caput e no parágrafo único do art. 142 dessa Lei.



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA CULTURA
FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESTADO DA BAHIA

§1º A prorrogação do prazo de vigência está condicionada à obtenção de preços e condições mais vantajosas.

§2º A prorrogação deverá ser previamente justificada e autorizada pela autoridade competente para celebrar o ajuste e será realizada através de termo aditivo, devendo o pedido ser realizado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias antes do termo final do contrato.

§3º Não será admitida a prorrogação ou alteração de contratos que contemplem preços com valores superiores aos preços unitários máximos definidos e publicados pela SAEB (Decreto nº 12.366/10, art. 8º, § 2º).

CLÁUSULA TERCEIRA - REGIME DE EXECUÇÃO - Empreitada por preço global.

CLÁUSULA QUARTA - PREÇO - O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pelos serviços efetivamente prestados, os valores abaixo especificados:

POSTOS DE SERVIÇOS	CARGA HORÁRIA	QUANTITATIVOS	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO MENSAL
FUNCEB E UNIDADES	44	07	R\$ 1.921,42	R\$ 13.449,94
			VALOR ESTIMADO – MENSAL	R\$ 13.449,94
			VALOR ESTIMADO – ANUAL	R\$ 161.399,28

§1º - Estima-se para o contrato o valor global de R\$ 161.399,28 (cento e sessenta e um mil, trezentos e noventa e nove reais e noventa e quatro centavos).

§2º - Nos preços contratados estão incluídos todos os custos com material de consumo, salários, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o pessoal da CONTRATADA, como também fardamento, transporte de qualquer natureza, materiais empregados, inclusive ferramentas, utensílios e equipamentos utilizados, depreciação, aluguéis, administração, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente, se relacionem com o fiel cumprimento pela CONTRATADA das obrigações.

CLÁUSULA QUINTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas para o pagamento deste contrato correrão por conta dos recursos da Dotação Orçamentária a seguir especificada:

Unidade Gestora	Fonte	Projeto/Atividade	Elemento de despesa
3.22.201	0.100.000000	13.122.502.2000	3.3.90.37.00

CLÁUSULA SEXTA - PROVISIONAMENTO - Serão retidos mensalmente, do valor faturado pela CONTRATADA, o percentual concernente as provisões de encargos trabalhistas relativas a férias, abono de férias, décimo terceiro salário, multa do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS por dispensa sem justa causa, bem como a incidência dos encargos previdenciários, sociais e FGTS sobre férias, abono de férias e décimo terceiro salário, e depositado em conta vinculada a este contrato, bloqueada para movimentação, aberta no Banco do Brasil, observadas as disposições da Lei nº 12.949/2014, do Decreto nº 15.219/2014, da Instrução SAEB/SEFAZ nº 001/2015, da Instrução SAEB nº 014/2014, alterada pela nº 015/2015 e das normas coletivas da categoria.

§1º O percentual referente às retenções preventivas de provisões de encargos trabalhistas, sociais e previdenciários, mencionados no item anterior, a incidir sobre o valor mensal das faturas, será calculado considerando os preços unitários dos postos de serviços apresentados pelo proponente na planilha respectiva.

§2º Havendo alterações quantitativas ou qualitativas do contrato, revisões ou reajustes de preços, a CONTRATADA atualizará o percentual de retenção.

CLÁUSULA SÉTIMA – PAGAMENTO - Os pagamentos devidos à CONTRATADA serão efetuados através de ordem bancária ou crédito em conta corrente, no prazo não superior a 08 (oito) dias úteis, contados da data da apresentação da fatura, após concluído o recebimento definitivo, em consonância com o disposto no art. 6º, § 5º; art. 8º, XXXIV; art. 79, XI, "a"; art. 154, V, e art. 155, V, da Lei nº. 9.433/05.



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA CULTURA
FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESTADO DA BAHIA

§1º O recebimento definitivo se dará após a verificação da conformidade do objeto com as especificações e da aferição do cumprimento de todas as obrigações acessórias, inclusive o adimplemento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, sem o que não se poderá proceder à liquidação do pagamento.

§2º A(s) nota(s) fiscal(is)/fatura(s) somente deverá(ao) ser apresentada(s) para pagamento após a conclusão da etapa do recebimento definitivo, indicativo da satisfação pela CONTRATADA de todas as obrigações pertinentes ao objeto contratado.

§3º A validação para o recebimento de pagamentos somente ocorrerá após a atestação, pelo fiscal do contrato, nas notas fiscais ou faturas apresentadas pela CONTRATADA, da correspondente prestação dos serviços.

§4º Ainda que a nota fiscal/fatura seja apresentada antes do prazo definido para recebimento definitivo, o prazo para pagamento somente fluirá após o efetivo atesto do recebimento definitivo.

§5º O CONTRATANTE descontará da fatura mensal o valor correspondente às faltas ou atrasos no cumprimento da obrigação, com base no valor do preço vigente.

§6º A(s) nota(s) fiscal(is)/fatura(s) deverá(ao) estar acompanhadas da documentação comprobatória pertinente, relativa ao recolhimento dos impostos relacionados com as obrigações contratuais.

§7º Em havendo alguma pendência impeditiva do pagamento, a exemplo de erro na apresentação da nota fiscal/fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como obrigações financeiras pendentes, decorrentes de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE.

§8º As situações previstas na legislação específica sujeitar-se-ão à emissão de nota fiscal eletrônica.

§9º A atualização monetária dos pagamentos devidos pela Administração, em caso de mora, será calculada considerando a data do vencimento da obrigação e do seu efetivo pagamento, de acordo com a variação do INPC do IBGE pro rata tempore.

§10º Na hipótese de inadimplemento da CONTRATADA relativamente aos salários dos seus empregados vinculados ao contrato, a CONTRATADA autoriza o CONTRATANTE a proceder ao pagamento direto aos referidos empregados, utilizando, para tanto, o valor devido pelo CONTRATANTE à CONTRATADA.

§11º Considera-se valor devido para os fins do parágrafo anterior, o valor do contrato, com eventual retenção cautelar ou dedução definitiva de multas, indenizações e/ou encargos de qualquer natureza.

§12º A previsão constante do §10 não caracteriza vínculo do CONTRATANTE com os empregados da CONTRATADA ou gera qualquer tipo de responsabilidade direta do CONTRATANTE relativamente aos créditos que tais empregados possuam face à CONTRADA.

§13º No caso de inadimplemento da CONTRATADA em relação ao FGTS e INSS relativos aos seus empregados vinculados ao CONTRATO, a CONTRATADA autoriza o CONTRATANTE a reter a quantia equivalente dos créditos que possui junto ao CONTRATANTE, os quais somente serão liberados após a comprovação do efetivo recolhimento, pela CONTRATADA, das parcelas correspondentes, sem prejuízo das demais condicionantes legais a tanto necessárias.

CLÁUSULA OITAVA - MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DA PROPOSTA – REAJUSTAMENTO E REVISÃO

Os preços serão corrigidos consoante a seguinte fórmula:

Novo Preço = $(\alpha \cdot \Delta \text{ Remuneratório} + \beta \cdot \Delta \text{ INPC} + 1) \cdot \text{Po}$

Onde:

a) Novo Preço = Preço a ser praticado a partir da data da majoração;



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA CULTURA
FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESTADO DA BAHIA

- b) α (Coeficiente Alfa) = Peso correspondente às parcelas de natureza pessoal, inclusive Encargos Sociais, em relação ao Custo Direto;
- c) Δ Remuneratório = Variação obtida pela categoria profissional em acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho, referente a salário e verbas conexas;
- d) β (Coeficiente Beta) = Peso correspondente aos insumos, em relação ao Custo Direto;
- e) Δ INPC = Variação do Índice Nacional de Preço ao Consumidor do IBGE, verificada dentro da periodicidade permitida em lei federal, considerada a partir da data da apresentação da proposta;
- f) Po = Preço original contratado ou Novo Preço calculado no último reajustamento.

§1º Os coeficientes Alfa e Beta são os seguintes:

Posto de Copeira

Coeficiente Alfa 81% (oitenta e um por cento)

Coeficiente Beta 19% (dezenove por cento)

§2º Os preços são fixos e irreajustáveis durante o transcurso do prazo de 12 meses da data de apresentação da proposta, após o que a concessão de reajustamento, nos termos do inc. XXV do art. 8º da Lei nº 9.433/05, será feita mediante a aplicação do INPC/IBGE e independente de requerimento do interessado.

§3º A revisão de preços, nos termos do inc. XXVI do art. 8º da Lei nº 9.433/05, dependerá de requerimento da CONTRATADA quando visar recompor o preço que se tornou insuficiente, a ser formulado no prazo máximo de 01 (um) ano a partir do fato que a ensejou, sob pena de decadência, em consonância com o art. 211 da Lei nº 10.406/02, e ser instruído com a documentação que comprove o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, devendo ser instaurada pela própria administração quando colimar recompor o preço que se tornou excessivo.

§4º A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto no próprio contrato, quando for o caso, as atualizações, compensações ou apenações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido, não caracterizam alteração do mesmo, podendo ser registrados por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA - A CONTRATADA, além das determinações contidas na **SEÇÃO B – DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS** do instrumento convocatório, que aqui se consideram literalmente transcritas, bem como daquelas decorrentes de lei, obriga-se a:

- a) providenciar a abertura, no Banco do Brasil, de conta vinculada ao contrato, bloqueada para movimentação, no prazo máximo de 05 (cinco) dias da assinatura do contratado, destinada exclusivamente para depósito de provisões disciplinadas no Decreto nº 15.219/2014;
- b) arcar com os custos relativos à abertura e manutenção da conta vinculada ao contrato, bloqueada para movimentação a que se refere a alínea "a" desta cláusula;
- c) assinar, antes do início da execução do contrato, a "Autorização para Acesso do CONTRATANTE aos Saldos e Extratos da Conta Vinculada ao Contrato" e o "Termo de Autorização para Movimentação da Conta Vinculada ao Contrato", conforme modelos constantes em orientação técnica específica da Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia – SEFAZ;
- d) apresentar, antes do início da execução do contrato, correspondência, em papel timbrado e assinada por seu representante legal, contendo:
 - (i) a relação dos empregados terceirizados que serão vinculados à prestação dos serviços, devidamente identificados com o nome completo, data de nascimento, inscrição no registro geral (RG) e no Cadastro de Pessoa Física (CPF), número e série da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), função a ser exercida, situação funcional, remuneração, benefícios, horário e jornada de trabalho;
 - (ii) os dados da sua conta corrente e
 - (iii) a indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;
- e) apresentar cópia dos registros na CTPS da admissão dos empregados vinculados à prestação dos serviços;
- f) apresentar cópia dos atestados de saúde ocupacional dos empregados que prestarão os serviços;
- g) designar um preposto, de sua estrutura administrativa, permanentemente responsável pela perfeita execução dos serviços, que possa tomar as providências pertinentes para que sejam corrigidas todas as falhas



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA CULTURA
FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESTADO DA BAHIA

- detectadas, inclusive para atendimento de emergência, bem como zelar pela prestação contínua e ininterrupta dos serviços,
- h) efetuar no SIMPAS, em ferramenta disponibilizada pela Administração Pública estadual, o cadastramento, no prazo de 10 (dez) dias contados da data da assinatura do contrato, e a atualização, sempre que necessária, dos dados pertinentes aos empregados terceirizados vinculados ao contrato, e regularizar as inconformidades constatadas, no prazo fixado pelo CONTRATANTE;
- i) apresentar mensalmente os seguintes documentos, podendo os itens de "i" a "vi" serem substituídos pelo CRC que comprovem a correspondente regularidade:
- (i) certidão conjunta negativa de débitos relativos a tributos federais e à Dívida Ativa da União;
 - (ii) certidão negativa de débitos junto à fazenda estadual do domicílio ou sede da contratada;
 - (iii) certidão negativa de débitos junto à fazenda municipal do domicílio ou sede da contratada;
 - (iv) certidão negativa de débitos relativos às contribuições previdenciárias e as de terceiros;
 - (v) certidão de regularidade junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS/CRF);
 - (vi) certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT);
 - (vii) comprovação de pagamento de salários, inclusive férias e 13º salário, de vale-transporte e de vale-alimentação;
 - (viii) comprovação do recolhimento do FGTS e da contribuição social previdenciária (INSS);
 - (ix) folha de pagamento e comprovante de transferência bancária, caso o valor da transferência bancária seja exatamente igual ao previsto em folha de pagamento, e, na hipótese de divergência de valores, cópia do contracheque devidamente datado, para fins de comprovação de pagamento de salários;
 - (x) planilha contendo a identificação do empregado e do mês de referência, com descritivo do quantitativo e valor do benefício concedido, devidamente datado ou comprovante de pagamento de créditos a instituições específicas de concessão de tais benefícios, com identificação do valor creditado e o beneficiário, para fins de comprovação de pagamento de transporte e alimentação;
 - (xi) planilhas, elaboradas pelos prestadores dos respectivos planos, contendo a identificação do beneficiário, com descritivo do valor e do mês de referência, acompanhadas do demonstrativo de pagamento de créditos a instituições específicas de concessão de tais benefícios, para fins de comprovação de pagamento dos planos de saúde e odontológico;
 - (xii) relatório de Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social – GFIP e Guias de Pagamento, para fins de comprovação de recolhimento de INSS e FGTS;
- j) instruir os empregados que irão prestar os serviços, encaminhando pessoas portadoras de boa conduta e capazes de realizar os serviços contratados;
- k) responder pela conduta, frequência, pontualidade e assiduidade de seus empregados e efetuar as substituições daqueles que venham a se ausentar do serviço, por motivo justificado ou não, sem nenhum ônus para o CONTRATANTE, bem como comunicar a este, antecipadamente, todo e qualquer afastamento, substituição ou inclusão de qualquer um dos seus empregados vinculados à execução do contrato;
- l) encaminhar, quando da substituição temporária de empregado, carta de apresentação do novo empregado, em papel timbrado da empresa e assinado pelo representante legal, indicando o empregado que está sendo substituído, o prazo respectivo e o substituto, devidamente identificado com o nome completo, data de nascimento, inscrição no registro geral (RG) e no Cadastro de Pessoa Física (CPF), número e série da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) ou contrato de trabalho específico, função a ser exercida, situação funcional, remuneração, benefícios, horário e jornada de trabalho;
- m) respeitar e fazer com que seus empregados respeitem as normas de segurança do trabalho, disciplina e demais regulamentos vigentes, bem como atentar para as regras de cortesia no local onde serão executados os serviços;
- n) realizar regularmente os exames de saúde dos seus empregados, na forma da lei, assim como arcar com todas as despesas de transporte, alimentação, inclusive seguro de vida contra o risco de acidentes de trabalho e outras obrigações legais ou derivadas de dissídios, convenções ou acordos coletivos;
- o) executar os serviços de acordo com as especificações e normas exigidas, utilizando equipamentos e materiais apropriados;
- p) manter, sob sua exclusiva responsabilidade, toda a supervisão, direção e recursos humanos para execução completa e eficiente dos serviços;
- q) pagar os salários, em conta-salário, e encargos sociais devidos pela sua condição de única empregadora do pessoal designado para execução dos serviços contratados, inclusive indenizações decorrentes de acidentes



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA CULTURA
FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESTADO DA BAHIA

- detectadas, inclusive para atendimento de emergência, bem como zelar pela prestação contínua e ininterrupta dos serviços,
- h) efetuar no SIMPAS, em ferramenta disponibilizada pela Administração Pública estadual, o cadastramento, no prazo de 10 (dez) dias contados da data da assinatura do contrato, e a atualização, sempre que necessária, dos dados pertinentes aos empregados terceirizados vinculados ao contrato, e regularizar as inconformidades constatadas, no prazo fixado pelo CONTRATANTE;
- i) apresentar mensalmente os seguintes documentos, podendo os itens de "i" a "vi" serem substituídos pelo CRC que comprovem a correspondente regularidade:
- (i) certidão conjunta negativa de débitos relativos a tributos federais e à Dívida Ativa da União;
 - (ii) certidão negativa de débitos junto à fazenda estadual do domicílio ou sede da contratada;
 - (iii) certidão negativa de débito junto à fazenda municipal do domicílio ou sede da contratada;
 - (iv) certidão negativa de débitos relativos às contribuições previdenciárias e as de terceiros;
 - (v) certidão de regularidade junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS/CRF);
 - (vi) certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT);
 - (vii) comprovação de pagamento de salários, inclusive férias e 13º salário, de vale-transporte e de vale-alimentação;
 - (viii) comprovação do recolhimento do FGTS e da contribuição social previdenciária (INSS);
 - (ix) folha de pagamento e comprovante de transferência bancária, caso o valor da transferência bancária seja exatamente igual ao previsto em folha de pagamento, e, na hipótese de divergência de valores, cópia do contracheque devidamente datado, para fins de comprovação de pagamento de salários;
 - (x) planilha contendo a identificação do empregado e do mês de referência, com descritivo do quantitativo e valor do benefício concedido, devidamente datado ou comprovante de pagamento de créditos a instituições específicas de concessão de tais benefícios, com identificação do valor creditado e o beneficiário, para fins de comprovação de pagamento de transporte e alimentação;
 - (xi) planilhas, elaboradas pelos prestadores dos respectivos planos, contendo a identificação do beneficiário, com descritivo do valor e do mês de referência, acompanhadas do demonstrativo de pagamento de créditos a instituições específicas de concessão de tais benefícios, para fins de comprovação de pagamento dos planos de saúde e odontológico;
 - (xii) relatório de Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social – GFIP e Guias de Pagamento, para fins de comprovação de recolhimento de INSS e FGTS;
- j) instruir os empregados que irão prestar os serviços, encaminhando pessoas portadoras de boa conduta e capazes de realizar os serviços contratados;
- k) responder pela conduta, frequência, pontualidade e assiduidade de seus empregados e efetuar as substituições daqueles que venham a se ausentar do serviço, por motivo justificado ou não, sem nenhum ônus para o CONTRATANTE, bem como comunicar a este, antecipadamente, todo e qualquer afastamento, substituição ou inclusão de qualquer um dos seus empregados vinculados à execução do contrato;
- l) encaminhar, quando da substituição temporária de empregado, carta de apresentação do novo empregado, em papel timbrado da empresa e assinado pelo representante legal, indicando o empregado que está sendo substituído, o prazo respectivo e o substituto, devidamente identificado com o nome completo, data de nascimento, inscrição no registro geral (RG) e no Cadastro de Pessoa Física (CPF), número e série da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) ou contrato de trabalho específico, função a ser exercida, situação funcional, remuneração, benefícios, horário e jornada de trabalho;
- m) respeitar e fazer com que seus empregados respeitem as normas de segurança do trabalho, disciplina e demais regulamentos vigentes, bem como atentar para as regras de cortesia no local onde serão executados os serviços;
- n) realizar regularmente os exames de saúde dos seus empregados, na forma da lei, assim como arcar com todas as despesas de transporte, alimentação, inclusive seguro de vida contra o risco de acidentes de trabalho e outras obrigações legais ou derivadas de dissídios, convenções ou acordos coletivos;
- o) executar os serviços de acordo com as especificações e normas exigidas, utilizando equipamentos e materiais apropriados;
- p) manter, sob sua exclusiva responsabilidade, toda a supervisão, direção e recursos humanos para execução completa e eficiente dos serviços;
- q) pagar os salários, em conta-salário, e encargos sociais devidos pela sua condição de única empregadora do pessoal designado para execução dos serviços contratados, inclusive indenizações decorrentes de acidentes



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA CULTURA
FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESTADO DA BAHIA

de trabalho e demissões, sendo-lhe defeso invocar a existência do contrato para se eximir destas obrigações ou transferi-las para o CONTRATANTE;

- r) observar e cumprir fielmente a legislação trabalhista e previdenciária;
- s) comprovar o fornecimento de vale transporte e alimentação aos seus empregados, bem como o pagamento de salários, recolhimento das Contribuições Sociais e Previdenciárias (INSS, FGTS e PIS), sob pena de, em caso de recusa ou falta de exibição dos mesmos, inclusive da folha de pagamento, ser sustado o pagamento de quaisquer faturas que lhes forem devidas até o cumprimento desta obrigação;
- t) fornecer o fardamento padrão, nas quantidades previstas, bem como todo e qualquer material necessário ao bom desempenho do serviço ou fornecimentos exigidos no instrumento convocatório, visando à perfeita execução do contrato;
- u) apresentar cópia autenticada da quitação da rescisão contratual dos empregados demitidos, dentro do prazo de 30 (trinta) dias corridos, recolhendo de imediato a identificação (crachá) dos mesmos;
- v) zelar pela boa e completa execução dos serviços contratados, atendendo prontamente às observações e exigências que lhe forem indicadas pelo CONTRATANTE, providenciando sua imediata correção, sem ônus para o contrato;
- w) comunicar ao CONTRATANTE qualquer anormalidade que interfira no bom andamento dos serviços;
- x) reparar, repor ou restituir, nas mesmas condições e especificações, dentro do prazo determinado pelo CONTRATANTE, os equipamentos e utensílios eventualmente recebidos para uso nos serviços objeto deste contrato, deixando-os em perfeita condição de funcionamento;
- y) arcar com todo e qualquer dano ou prejuízo de qualquer natureza causado ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, por dolo ou culpa, erros, imperícia própria ou de auxiliares que estejam sob sua responsabilidade, bem como ressarcir o CONTRATANTE pelos danos decorrentes de paralisação ou interrupção dos serviços contratados;
- z) manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- aa) providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás junto às repartições competentes, necessários à execução dos serviços;
- bb) efetuar pontualmente o pagamento de todas as taxas e impostos que incidam ou venham a incidir sobre as suas atividades e/ou sobre a execução do objeto do presente contrato, bem como observar e respeitar a legislação federal, estadual e municipal, relativa aos serviços prestados;
- cc) promover por sua conta e risco o transporte dos equipamentos, materiais e utensílios necessários à execução dos serviços objeto do contrato;
- dd) manter atualizados os seus dados cadastrais, com a apresentação de documentos comprobatórios de mudança de endereços, telefones, composição societária, endereço dos sócios, contratos sociais e alterações;
- ee) efetuar, a cada três meses de vigência do contrato, a conferência e conciliação da conta vinculada ao contrato, bloqueada para movimentação, juntamente com o servidor designado pelo CONTRATANTE, visando manter o saldo suficiente e necessário para o cumprimento de suas obrigações trabalhistas e encargos previdenciários e sociais;
- ff) firmar Termo de Ajuste de percentual de provisionamento caso seja verificado, por ocasião da conferência e conciliação da conta vinculada ao contrato, que o valor provisionado é insuficiente para o cumprimento das obrigações perante os seus empregados;
- gg) repor o saldo da conta vinculada ao contrato, bloqueada para movimentação, no prazo estabelecido no art. 9º do Decreto nº 15.219/2014, imediatamente após a confirmação de existência de determinação judicial de bloqueio e transferência de valores da conta vinculada ao contrato;
- hh) dar início à execução dos serviços nos postos respectivos, informando, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo;
- ii) solicitar à Receita Federal do Brasil a exclusão do Simples Nacional no prazo previsto no art. 30, § 1º, II, da Lei Complementar nº 123/2006, na hipótese das empresas optantes que incorram na vedação do art. 17, XII da Lei Complementar nº 123/2006, apresentando cópia do pedido de exclusão com comprovante de recebimento, como condição para recebimento da primeira fatura da prestação dos serviços;

CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE - O CONTRATANTE, além das obrigações contidas neste contrato por determinação legal, obriga-se a:

- a) acompanhar a execução do contrato;



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA CULTURA
FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESTADO DA BAHIA

- b) exigir, visando à atualização periódica do cadastro, a apresentação pela CONTRATADA de documentos comprobatórios de mudança de endereços, telefones, composição societária, endereço dos sócios, contratos sociais e alterações;
- c) exigir, mensalmente, da CONTRATADA o comprovante de pagamento de salários, contribuições previdenciárias e recolhimentos de FGTS, para arquivamento e controle;
- d) enviar ofício aos órgãos federais encarregados da fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias, especialmente ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS e à Superintendência Regional do Trabalho e Emprego – SRTE, comunicando a celebração e/ou prorrogação do contrato administrativo de prestação de serviços;
- e) manter arquivo documental de todos os atos praticados desde a abertura da licitação até o término do contrato, inclusive os processos de reajustamento e revisão, bem como os dissídios, convenções ou acordos coletivos firmados;
- f) somente efetuar o pagamento da remuneração mensal devida à CONTRATADA após o acompanhamento e obtenção dos documentos comprobatórios do cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias;
- g) fornecer à CONTRATADA os elementos indispensáveis ao cumprimento do contrato, dentro de, no máximo, 10 (dez) dias da assinatura;
- h) proceder à publicação resumida do instrumento de contrato e de seus aditamentos na imprensa oficial no prazo legal.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO E RECEBIMENTO DO OBJETO - Competirá ao CONTRATANTE proceder ao acompanhamento da execução do contrato, na forma do art. 154 da Lei nº 9.433/05, ficando esclarecido que a ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do CONTRATANTE não eximirá a CONTRATADA de total responsabilidade na execução do contrato.

§1º O adimplemento da obrigação contratual por parte da CONTRATADA ocorre com a efetiva prestação do serviço, a entrega do bem, assim como qualquer outro evento contratual cuja ocorrência esteja vinculada à emissão de documento de cobrança, consoante o art. 8º, XXXIV, da Lei nº 9.433/05.

§2º Cumprida a obrigação pela CONTRATADA, caberá ao CONTRATANTE proceder ao recebimento do objeto, a fim de aferir os serviços ou fornecimentos efetuados, para efeito de emissão da habilitação de pagamento, conforme o art. 154, V, e art. 155, V, da Lei nº 9.433/05.

§3º O recebimento do objeto consiste na verificação mensal, pelo CONTRATANTE, do adimplemento, pela CONTRATADA, das obrigações pactuadas no instrumento contratual.

§4º O recebimento provisório se dará para efeito de verificação posterior da conformidade dos serviços com as especificações contratadas e será feito pelo servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato.

§5º O recebimento definitivo se dará após a verificação da conformidade do objeto com as especificações e da aferição do cumprimento de todas as obrigações acessórias, inclusive o adimplemento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, sem o que não se poderá proceder à liquidação do pagamento, observando-se:

- a) o recebimento definitivo de serviços cujo valor seja igual ou inferior a R\$56.000,00 será feito pelo próprio fiscal do contrato;
- b) o recebimento definitivo de serviços cujo valor seja superior a R\$56.000,00 será subscrito pelo fiscal do contrato e por dois outros membros da comissão de acompanhamento da execução de contratos.

§6º Os recebimentos provisório e definitivo serão feitos por meio de termo circunstanciado.

§7º O recebimento do objeto se dará segundo o disposto no art. 161 da Lei nº 9.433/05, observando-se os seguintes prazos:

- a) se a verificação da conformidade do objeto com a especificação, bem assim do cumprimento das obrigações acessórias puder ser realizada de imediato, será procedido de logo o recebimento definitivo;
- b) quando, em razão da natureza, do volume, da extensão, da quantidade ou da complexidade do objeto, não for possível proceder-se a verificação imediata de conformidade, será feito o recebimento provisório, devendo ser procedido ao recebimento definitivo no prazo de 15 (quinze) dias.

§8º O CONTRATANTE rejeitará, no todo ou em parte, qualquer proposição de serviço em desconformidade com as especificações constantes do Termo de Referência do edital da licitação e das disposições previstas neste contrato.

ABh

FAM

J



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA CULTURA
FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESTADO DA BAHIA

§9º Com a conclusão da etapa do recebimento definitivo, a CONTRATADA estará habilitada a apresentar as nota(s) fiscal(is)/fatura(s) para pagamento.

§10º Fica indicado como fiscal deste Contrato o servidor Sr. **RICARDO NASCIMENTO GOMES**, matrícula 54.433.608-2, cargo de Gerente Administrativo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - INEXECUÇÃO CONTRATUAL - O não cumprimento ou o cumprimento irregular das obrigações por parte da CONTRATADA caracteriza inexecução contratual, passível de ensejar a rescisão do contrato, com base no art. 166 combinado com o art. 167 da Lei nº 9.433/05, sem prejuízo de aplicação das sanções cabíveis.

§1º Quando não houver a comprovação pela CONTRATADA do efetivo cumprimento das obrigações fiscais, trabalhistas ou previdenciárias, o CONTRATANTE reterá, cautelarmente, o valor correspondente ao montante resultante dos valores relativos às obrigações que possam ensejar eventual responsabilidade solidária e/ou subsidiária, com base no art. 126, XVI, combinado com os arts. 8º, XXXIV; 151; 152; 154, VIII; 159, §2º, todos da Lei nº 9.433/05.

§2º O não cumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações legais e contratuais ensejará, conforme o caso:

- a) rescisão unilateral do contrato;
- b) aplicação de sanções administrativas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - RESCISÃO - A inexecução, total ou parcial, do contrato ensejará a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas na Lei nº 9.433/05.

§1º A rescisão poderá ser determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE nos casos enumerados nos incisos I a XV, XX e XXI do art. 167 da Lei nº 9.433/05.

§2º Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos I e XVI a XX do art. 167 da Lei nº 9.433/05, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, na forma do §2º do art. 168 do mesmo diploma.

§3º Procedida à rescisão do contrato com fundamento nos incisos II a XII do art. 167 da Lei estadual nº 9.433/05, poderão ser adotadas as seguintes providências, sem prejuízo das demais cominações legais:

- a) execução da garantia contratual e cobrança dos valores das multas e das indenizações, para ressarcimento da Administração;
- b) retenção de créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - ENCERRAMENTO DO CONTRATO - As obrigações protraídas para além do termo final do contrato não induzem sua prorrogação, sendo o contrato considerado extinto nos termos da Lei nº 9.433/05, devendo o CONTRATANTE prosseguir com as medidas necessárias à comprovação, pela CONTRATADA, do cumprimento de obrigações eventualmente remanescentes.

Parágrafo único. Extinto o contrato e após a devida comprovação, pela CONTRATADA, do cumprimento das obrigações e quitação de encargos sociais, trabalhistas e previdenciários correspondentes, o saldo remanescente, inclusive o da conta vinculada ao contrato, bloqueada para movimentação, acaso existente, será liberado em favor da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - PENA DE MULTA - A inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato, ensejará a aplicação da pena de multa, observados os parâmetros estabelecidos nesta cláusula, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato, a qualquer tempo, e a aplicação das demais sanções previstas na Lei nº 9.433/05.

§1º Em caso de descumprimento total da obrigação principal, será aplicada multa no percentual de 10% (dez por cento) incidente sobre o valor global do contrato.

§2º Caso o cumprimento da obrigação principal, uma vez iniciado, seja descontinuado, será aplicada multa no percentual 10% (dez por cento) sobre o saldo do contrato, isto é, sobre a diferença entre o valor global do contrato e o valor da parte do fornecimento ou do serviço já realizado.



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA CULTURA
FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESTADO DA BAHIA

§3º Em caso de atraso no cumprimento da obrigação principal, será aplicada multa, nos percentuais de 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, e de 0,7% (sete décimos por cento) por cada dia subsequente ao trigésimo, calculados sobre o valor da parcela do fornecimento ou do serviço em mora.

§4º Na hipótese do parágrafo anterior, se a multa moratória atingir o patamar de 10% (dez por cento) do valor global do contrato, deverá, salvo justificativa escrita devidamente fundamentada, ser recusado o recebimento do objeto, sem prejuízo da aplicação das demais sanções previstas na lei.

§5º Para os casos de mero atraso ou inadimplemento de obrigação acessória, assim considerada aquela cujo descumprimento não comprometa, retarde, impeça ou embarace a execução dos serviços, em conformidade com as especificações exigíveis, será aplicada multa, nos limites máximos de 0,2% (dois décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, e de 0,6 % (seis décimos por cento) por cada dia subsequente ao trigésimo, calculados sobre o valor da parcela do fornecimento ou do serviço em mora.

§6º Na hipótese de a CONTRATADA se negar a efetuar o reforço da caução, dentro de 10 (dez) dias contados da data de sua convocação, será aplicada multa no percentual de 2,5% (dois e meio por cento) incidente sobre o valor global do contrato.

§7º As multas previstas nestes parágrafos não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

§8º A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia do contratado faltoso, sendo certo que, se o seu valor exceder ao da garantia prestada – quando exigida, além da perda desta, a CONTRATADA responderá pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela administração ou, ainda, se for o caso, cobrada judicialmente. Acaso não tenha sido exigida garantia, à Administração se reserva o direito de descontar diretamente do pagamento devido à CONTRATADA o valor de qualquer multa porventura imposta.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – OUTRAS PENALIDADES - Serão punidos com a pena de suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração os que incorrerem nos ilícitos previstos nos incisos VI e VII do art. 184 e I, IV, VI e VII do art. 185 da Lei nº 9.433/05.

§1º Serão punidos com a pena de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade competente para aplicar a punição, os que incorram nos ilícitos previstos nos incisos I a V do art. 184, incisos II, III e V do art. 185, e art. 199, da Lei nº 9.433/05.

§2º Para a aplicação das penalidades previstas serão levados em conta a natureza e a gravidade da falta, os prejuízos dela advindos para a Administração Pública, a reincidência na prática do ato, observando-se os critérios de dosimetria estabelecidos pelo Decreto estadual nº 13.967/12.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO - Integra o presente contrato, como se nele estivessem transcritas, as cláusulas e condições estabelecidas no processo licitatório referido no preâmbulo deste instrumento, no convocatório e seus anexos e na proposta do licitante vencedor, apresentada na referida licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – GARANTIA - A EMPRESA VENCEDORA DO CERTAME DEVERÁ PRESTAR GARANTIA DE 5% (CINCO POR CENTO) DO VALOR DO CONTRATO, PODENDO OPTAR POR UMA DAS MODALIDADES PREVISTAS NO §1º DO ART. 136 DA LEI Nº 9.433/05, FICANDO ESCLARECIDO QUE A GARANTIA DEVERÁ TER SEU VALOR ATUALIZADO NAS MESMAS CONDIÇÕES DO CONTRATO.

§1º A prestação de garantia recairá sobre uma das modalidades previstas no §1º do art. 136 da Lei nº 9.433/05.

§2º A garantia deverá ser apresentada no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contado da assinatura do contrato, devendo ser atualizada periodicamente.

§3º Não será admitida a existência de cláusulas que restrinjam ou atenuem a responsabilidade do segurador ou fiador, no caso de seguro-garantia ou fiança bancária (art. 136, §1º, II e III da Lei nº 9.433/05).

§4º A garantia, em qualquer das modalidades, responderá pelo inadimplemento das obrigações contratuais, inclusive dos débitos trabalhistas e previdenciários, e pelas multas impostas, independentemente de outras cominações legais.

§5º A garantia deverá valer até 03 (três) meses após o término da vigência do contrato, devendo ser renovada a cada prorrogação contratual.



**GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA CULTURA
FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESTADO DA BAHIA**

§6º Será recusada a garantia apresentada pela CONTRATADA quando não atender às condições exigidas no instrumento convocatório, sendo-lhe facultado apresentar caução em dinheiro, no prazo de 05 (cinco) dias, contados da sua notificação da recusa.

§7º A não substituição da garantia inicialmente apresentada pela caução em dinheiro, no prazo a que se refere o parágrafo anterior, constitui motivo para rescisão do contrato, nos termos do art. 167, III, da Lei nº 9.433/05.

§8º A CONTRATADA fica obrigada a repor o valor da garantia quando esta for utilizada.

§9º Havendo revisões ou reajustes de preços, a CONTRATADA deve atualizar o valor da garantia.

§10º São requisitos para liberação da garantia contratual:

I – comprovação, pela CONTRATADA, no prazo de até 60 (sessenta) dias da data de extinção do contrato, do cumprimento das obrigações contratuais e a quitação de encargos sociais, trabalhistas e previdenciários correspondentes;

II – apresentação, ao final do contrato, dos seguintes documentos:

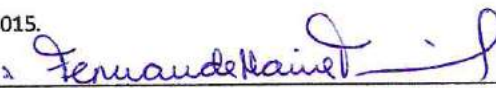
- relatório circunstanciado da situação trabalhista de todos os empregados vinculados ao contrato, devidamente assinada pelo representante legal;
- termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados terceirizados, devidamente homologados (quando exigível pela legislação trabalhista), acompanhados das cópias autenticadas em cartório ou cópias simples acompanhadas dos originais para conferência no local de recebimento;
- cópias das rescisões, da Guia de Recolhimento Rescisório do FGTS (GRRF) e, quando cabível, recolhimento da multa rescisória respectiva, nos casos de demissões de empregados em que a rescisão dos contratos de trabalho ainda não tenha sido homologada.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO

As partes elegem o Foro da Cidade do Salvador, Estado da Bahia, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma na presença das testemunhas que subscrevem depois de lido e achado conforme.

Salvador, 23 de novembro de 2015.



FERNANDA MARIA COLHO DA COSTA TOURINHO
Pela CONTRATANTE


ARIOVALDO BARRETO SANTANA
Pela CONTRATADA


KELVIN LOPES SANTANA
Pela CONTRATADA

Testemunhas (nome CPF)

Testemunhas (nome CPF)

Declaro que a Autorização para Prestação de Serviços - APS foi subscrita no dia ____/____/____.

(nome, cargo e cadastro do declarante)

Declaro que o extrato do contrato foi publicado no DOE de 24/11/15.

(nome, cargo e cadastro do declarante)

Vagner Evangelista
Cad. 54.389.286-5

**SECRETARIA DE CULTURA****Fundação Cultural do Estado da Bahia – FUNCEB****FUNCEB/RESUMO DE CONTRATO**

Inexigibilidade nº 090/2015 e Contrato Nº 017/2015 - Proc. nº 0606150019244 - Partes: FUNCEB/ Sr. ANTONIO CARLOS DE OLIVEIRA BARRETO. Objeto: Participar como membro da Comissão de Seleção do Edital nº. 003/2015 - Projeto Mapa da Palavra da DIRART/FUNCEB. Respeito legal: Lei 9.433/05; Vigência a partir de 26.11.2015 até 02.05.2016; Valor Total R\$3.000,00, em 02(duas) parcelas; Dotação Orçamentária: Atividade 4695, Elemento de Despesa 33.90.36.00 e 33.90.47.00, Destinação de Recursos 0.324.800098, Regime de Execução: Empreitada por Preço Global.

Inexigibilidade nº 083/2015 e Contrato Nº 021/2015 - Proc. nº 0606150021320 - Partes: FUNCEB/Sra. ANA LUCIA SILVA SOUZA. Objeto: Participar como membro da Comissão de Seleção do Edital nº. 003/2015 - Projeto Mapa da Palavra da DIRART/FUNCEB. Respeito legal: Lei 9.433/05; Vigência a partir de 26.11.2015 até 02.05.2016; Valor Total R\$3.000,00, em 02(duas) parcelas; Dotação Orçamentária: Atividade 4695, Elemento de Despesa 33.90.36.00 e 33.90.47.00, Destinação de Recursos 0.324.800098, Regime de Execução: Empreitada por Preço Global.

Nº 020/2015 - Proc. nº 0606150010011 - Pregão Eletrônico nº. 002/2015 - Partes: FUNCEB/ EMPRESA SEVIMAX SERVIÇOS LTDA-ME. Objeto: Prestação de serviços de copista para FUNCEB e suas unidades Administrativas. Respeito legal: Lei 9.433/05; Vigência de 12(dozes) meses. Valor Global R\$161.399,28; Dotação Orçamentária: Atividade 2000, Elemento de Despesa 33.90.37.00, Destinação de Recursos 0.103.000008, Regime de Execução: Empreitada por Preço Global.

Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural – IPAC**RESUMO DE APOSTILA**

1ª Apostila ao Contrato nº 028/15. Contratado: Antônio Nazaré Filho. Processo: 0607150028924. Dotação Orçamentária: Atividade - 4636, Elemento de Despesa - 3.3.90.30/3.3.90.47; Fonte - 100; Data: 23/11/15. Assina: João Carlos Cruz de Oliveira - Diretor Geral do IPAC.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial – SUDIC****APOSTILA**

AP nº 09/2015, A SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E COMERCIAL - SUDIC, neste ato representada pelo seu Diretor Presidente, Dr. Jairo Pinto Vaz, tendo em vista o constante do Processo Administrativo SUDIC nº 110515001547, RESOLVE: Apostilar o Contrato nº 37/2013, firmado com a empresa Telemar Netis Ltda S/A., tendo como objeto a Prestação do Serviço de telefonia fixa comutada modalidade local, a fim de fazer o aditamento do valor mensal estimado do contrato, passando para R\$5.406,50, ficando o valor global anual de R\$64.578,00, obtido através do reajustamento do valor das tarifas, no percentual de 8,13%, conforme previsto na Cláusula Décima do Contrato nº 37/2013. A presente Apostila passa a fazer parte integrante do Contrato aqui identificado, como se nele estivesse transcrita, e vai firmada pelo Diretor Presidente, Dr. Jairo Pinto Vaz, Simões Filho, 11 novembro de 2015.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL**Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – CAR****TERMO ADITIVO DE CONTRATO**

ADCTNº 097/2013.2. Contratantes: CAR/LN Distribuidora e Comércio Ltda - ME. Objeto: Prazo: fica prorrogado por mais 180 dias, contados a partir de 29/11/2015. Assinatura: 20/11/2015.

RETI - RATIFICAÇÃO DE APOSTILA

Publicado no DOE em 21/11/2015, Onde se lê nº 0267, leia-se nº 027. Data: 23/11/2015.

Coordenação de Desenvolvimento Agrário – CDA**Resumo do 4º Termo Aditivo ao Contrato Nº 008/2013**

Partes: GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA - SOR/CDA e a Empresa ESCRITA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. Objeto: Prorrogação por mais 06 (seis) meses, com início em 15/11/15 e término em 14/05/16. Em face do reajustamento, considerando a variação do INPC/IBGE no percentual de 8,15%, o valor mensal do contrato passa a ser de R\$ 4.299,60 (quatro mil, duzentos e noventa e nove reais e sessenta centavos). Salvador, 13 de novembro de 2015. Arianvaldo José de Souza - Coordenador Executivo

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO**Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia – CONDER**

RESUMO DO 1º ADITIVO AO CONTRATO Nº. 033/15. FIRMADO EM: 08/06/15. PROCESSO: Administrativo Nº. 1403150067567. CONTRATADA: COMPAZ ENGENHARIA LTDA. OBJETO: Altera a meta física e majora o valor do Contrato em R\$ 151.923,23 (cento e cinquenta e um mil, novecentos e vinte e três reais e dois centavos), passando para R\$ 850.762,23 o valor acumulado. DATA DA ASSINATURA: 23 de novembro de 2015.

RESUMO DO 7º ADITIVO AO CONTRATO Nº. 108/12. FIRMADO EM: 25/04/12. PROCESSO: CI. Nº. 521/15 - SUPED. CONTRATADA: FCS ENGENHARIA LTDA. OBJETO: Prorroga por mais 80 (oitenta) dias o prazo de vigência do Contrato. DATA DA ASSINATURA: 08 de outubro de 2015.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO**Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia – IRDEB****RESUMO DE CONTRATO**

Processo nº 01157/2015. Pregão Eletrônico nº 016/2015. Contrato nº 031/2015. Contratante: INSTITUTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA DA BAHIA - IRDEB. Contratada: SEI SOLUÇÕES INTEGRADAS LTDA. - EPR. Objeto: Locação de grupo de motor gerador de 6,0 KW. Dotação Orçamentária: Atividade 2000, Elemento de Despesa 3.3.90.39. Destinação de Recursos (Fonte) 0.100. Valor Global: R\$ 6.172,00 (seis mil, cento e setenta e dois reais). Forma de Pagamento: Através de ordem bancária ou crédito em conta corrente. Regime de Execução: Empreitada por preço global. Prazo: 01 (um) ano, a contar da subscricao da Autorização de Prestação de Serviço - APS. Data de Assinatura: 17/11/2015.

RESUMO TERMO ADITIVO DE CONTRATO

Processo nº 01286/2015. 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 028/2015. Contratante: INSTITUTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA DA BAHIA - IRDEB. Contratada: PROUN LTDA. - ME. Objeto: Prorrogação do prazo de vigência por mais 03 (três) meses, a contar de 30/11/2015 a 29/02/2016 e/ou até a conclusão do Procedimento Licitação, através Pregão Eletrônico, em andamento. Data de Assinatura: 17/11/2015.

RESUMO TERMO ADITIVO DE CONTRATO

Processo nº 00536/2015, 6º Termo Aditivo ao Contrato nº 048/2013. Contratante: INSTITUTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA DA BAHIA - IRDEB. Contratada: AVANT SERVIÇOS E EMPREENDIMENTOS LTDA. Objeto: Atuação dos prepos. Data de Assinatura: 17/11/2015.

Universidade do Estado da Bahia – UNEB**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA (UNEB)**

RESUMO DO(S) CONTRATO(S) Nº 136/2015 - PROCESSO Nº 0603150048059. CONTRATANTE: UNEB; CONTRATADA: Lobitech Soluções Inteligentes Ltda; OBJETO: Contratação de empresa especializada no serviço de reprografia para atender as ações do DCH. C. I. LICITAÇÃO: Pregão eletrônico nº 005/2015; VIGÊNCIA: 12 meses; VALOR TOTAL: R\$ 19.800,00; DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Projeto/Atividade: 2443; Fonte: 114; Elemento de Despesa: 3390.39; DATA DA ASSINATURA: 16/11/2015.



ESTADO DA BAHIA
FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESTADO DA BAHIA - FUNCEB

TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 026/2015

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 026/2015 FIRMADO ENTRE A FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESTADO DA BAHIA E A EMPRESA SEVMAX SERVIÇOS LTDA.-ME, VISANDO PRORROGAÇÃO DE PRAZO.

A **FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESTADO DA BAHIA**, com sede na nesta Capital, na Rua Guedes de Brito nº 14 - Paço do Saldanha, CNPJ/MF nº 13.266.325/0001-62, doravante denominada **FUNCEB** representada, nos termos de seu Estatuto, por sua Diretora Geral **RENATA DIAS OLIVEIRA** e a Empresa **SEVMAX SERVIÇOS LTDA. ME**, com sede na Rua Ailton Simas nº 265, Centro - Lauro de Freitas, CNPJ/MF nº 04.145.970/0001-36, Inscrição Estadual nº 054.330.122, Inscrição Municipal nº 530.163/001-79, doravante denominada **CONTRATADA**, representada nos termos do seu Contrato Social, por seu Diretor Sr. **KELVIM LOPES SANTANA**, RG nº 12.773.861-45 SSP/Ba., CPF/MF nº 006.897.275-00, vencedora da Licitação, modalidade Pregão Eletrônico nº 002/2015, Processo Administrativo nº 0606.15.0010611, resolvem firmar o presente Termo Aditivo ao Contrato nº 026/2015, celebrado para prestação de Serviços de Copeira à FUNCEB e suas Unidades Administrativas, regendo-se este Termo pela Lei nº 9.433/2005, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Constitui-se objeto deste Termo a prorrogação do Contrato nº 026/2015, sem reajuste de preço, de acordo com o Processo nº 054.4573.2018.0000558-36 que integra este Termo juntamente ao Contrato original e demais Termos Aditivos, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – O Contrato fica prorrogado por 12 (doze) meses a partir de 23/11/2018.

CLÁUSULA TERCEIRA – As despesas decorrentes do Contrato aditado correrão por conta da Unidade Orçamentária 3.22.201 - Fundação Cultural do Estado da Bahia; Unidade Gestora 001; Atividade 13.122.502.2000 – Manutenção dos Serviços Técnicos e Administrativos; Elemento de Despesa 3.3.90.37 – Locação de Mão-de-Obra; Destinação de Recursos 0.100.000000 - Tesouro; Região 9900 - Estado.

CLÁUSULA QUARTA – Ficam ratificados, integralmente, todos os termos, cláusulas e condições do Contrato original ora não expressamente modificados passando, o presente Instrumento, a de ele fazer parte integrante e inseparável para todos os fins de direito.

CLÁUSULA QUINTA – O resumo será publicado no DOE, nos termos da legislação vigente.

Estando justas e acordes, as partes firmam o presente Termo em três vias de igual teor e forma na presença das testemunhas que o subscrevem, depois de lido e achado conforme.

2018.

Salvador, 23 de novembro de

RENATA DIAS OLIVEIRA
PELA FUNCEB

KELVIN LOPES SANTANA
PELA CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1ª NOME:Wilton Ribeiro da Silva Junior
Santos Costa
CPF/MF :193.200.355-04
827.965.135-72

2ª -NOME: Danilo

CPF/MF:



Documento assinado eletronicamente por **Wilton Ribeiro da Silva Junior, Subgerente**, em 23/11/2018, às 15:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014.



Documento assinado eletronicamente por **Danilo Santos Costa, Gerente Administrativo**, em 23/11/2018, às 16:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014.



Documento assinado eletronicamente por **Kelvin Lopes Santana, Representante Legal da Empresa**, em 23/11/2018, às 16:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://seibahia.ba.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3012798** e o código CRC **6AFD86A7**.

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos e declaramos que empresa **SEVMAX SERVIÇOS LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o número 04.145.970/0001-36, situada na Rua Ailton Simas, nº. 265 B, Lote Jardim Cristal, Centro, na cidade de Lauro de Freitas, Estado da Bahia, mantém com esta **Fundação Cultural do Estado da Bahia – FUNCEB** o Contrato nº 0026/2015, cujo objeto é a prestação de serviços de **Copa e Cozinha**, conforme exposição abaixo:

Postos de serviço	Locais da prestação do Serviço	Jornada	Quant. de Postos
Copeira	Sede, Teatro Castro Alves, Diretoria do Audiovisual, Centro de Formação em Artes Escola de Dança da FUNCEB	44 horas	07 (sete)

A vigência do referido Contrato teve início em a 23.11.2015, com prazo de execução dos serviços de 12 (doze) meses, estando vigente atualmente o seu 3º Termo Aditivo, com prazo até 22.11.2019. Os serviços têm sido prestados de forma satisfatória, nada havendo que desabone a empresa até presente data.

Salvador, 30 de novembro de 2018



Danilo Costa
Gerente Administrativo

Danilo Costa
Mat.: 54.598.606-8 Cargo: Gerente
Gerência Administrativa

ACT 08/2019

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins que a empresa SEVMAX SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 04.145.970/0001-36, com sede na Rua Ailton Simas, nº 265 B, Lote Jardim Cristal, Centro, na cidade de Lauro de Freitas, prestou serviços conforme discriminado abaixo:

Como objeto da contratação, a empresa prestou serviços de mão de obra especializada em serviços terceirizados de digitação com a finalidade de atender às necessidades do SEBRAE/BA, conforme especificações constantes do Termo de Referência.

Contrato de Prestação de Serviços nº 011/2017
Quantidade de Postos de Serviço: 37 (trinta e sete)
Escala de Trabalho: 40 horas semanais

Informamos ainda que os serviços foram prestados de forma satisfatória desde 25 de julho de 2017 à 30 de novembro de 2018.

Salvador/Ba, 27 de novembro de 2019.



Maria do Socorro Brandao Leal
Coordenação de Administração – CAD

Razão Social da Instituição: Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas na Bahia.
Endereço: Rua Horácio César, 64. Dois de Julho. Salvador – Ba. CEP: 40060-350
CNPJ: 14.797.724/0001-12
Unidade Contratante: GDOC



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO, O SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO ESTADO DA BAHIA - SEBRAE/BA E, DO OUTRO, A EMPRESA SEVMAX SERVIÇOS LTDA - ME.

GEDOC Nº 3840/2017
CT. 0118.17

O SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO ESTADO DA BAHIA - SEBRAE/BA, sociedade civil sem fins lucrativos, com CNPJ/MF nº 14.797.724/0001-12, com sede à Rua Horácio César, nº 64 – Dois de Julho, Salvador/BA, neste ato apresentado por seu Diretor Superintendente, **ADHVAN NOVAIS FURTADO**, inscrito no CPF sob o nº 917.993.505-25, e portador da Cédula de Identidade nº 658.046.438 SSP/BA e por seu Diretor Administrativo Financeiro, **JOSÉ CABRAL FERREIRA**, inscrito no CPF sob o nº 003.859.645-87, e portador da Cédula de Identidade nº 562.010-44 SSP/BA, doravante denominado **SEBRAE/BA**, e a **SEVMAX SERVIÇOS LTDA - ME**, inscrita no CNPJ sob o nº 04.145.970/0001-36, com sede na Rua Jasmim do Cairo, 188, Jardim das Margaridas, CEP: 41.502-405, Salvador/BA, neste ato, representada por seus Sócios **ARIOVALDO BARRETO SANTANA**, portador da Carteira de Identidade nº 229386644 SSP/BA e do CPF nº 258.021.865-34, **VANEILA SUELY LOPES SANTANA**, portadora da Carteira de Identidade nº 249588161 SSP/BA e do CPF nº 386.206.855-20 e **KELVIN LOPES SANTANA**, portador da Carteira de Identidade nº 1277386145 SSP/BA e do CPF nº 006.897.275-00, denominados **CONTRATADA**, diante do **ATO DE HOMOLOGAÇÃO** e **ADJUDICAÇÃO** em favor da referida empresa, resolvem celebrar o presente Contrato para a Prestação dos Serviços, a ser regido pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL

A presente contratação decorre de processo de Licitação promovida pelo **Pregão Eletrônico nº 011/2017**, com base no art. 5º, inciso V do Regulamento de Licitações e de Contratos do Sistema SEBRAE, aprovado pela Resolução CDN nº 213/2011 que altera e consolida o Regulamento de Licitações e de Contratos do Sistema SEBRAE, em sua versão atualizada em 18 de maio de 2011, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, recepcionada no âmbito do SEBRAE, via Resolução CDN nº 166/2008, Resolução CDN nº 168/2008 e pelo presente Edital e seus anexos, que integram este Contrato e que as partes declaram conhecer e aceitar, mediante as cláusulas e condições seguintes.

Parágrafo Único – Nos casos de omissão do Edital e do Regulamento de Licitações e Contratos do Sistema SEBRAE, será aplicado o quanto disposto no artigo 593 e seguintes do Código Civil Brasileiro.



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

Contratação de empresa para, sob demanda, fornecer mão-de-obra especializada em serviços terceirizados de digitação com a finalidade de atender necessidade do SEBRAE/BA, conforme especificações constantes no Termo de Referência.

Parágrafo Único – Fazem parte integrante deste Contrato, como se neste estivessem transcritos, o Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2017** e seus anexos, a Proposta Comercial da Empresa e os documentos de habilitação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA FORMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

A **CONTRATADA** obriga-se a prestar os serviços conforme discriminados no Anexo I – Termo de Referência do Instrumento Convocatório, visando a assegurar o seu pleno uso, sob pena de aplicação das penalidades previstas no Edital e seus anexos.

CLÁUSULA QUARTA – DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

1. São obrigações da CONTRATADA:

1.1 Selecionar e preparar rigorosamente os empregados que irão prestar serviços, encaminhando elementos portadores de atestados de boa conduta e demais referências, tendo funções profissionais legalmente registradas em carteiras de trabalho;

1.2 Manter disciplina nos locais dos serviços, substituindo e /ou retirando, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após notificação, qualquer empregado considerado com conduta inconveniente pela Administração da CONTRATANTE;

1.3 Manter seus funcionários identificados com crachá ou uniforme da empresa, quando em trabalho na Contratante.

1.4 Responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas disciplinares determinadas pela Administração da CONTRATANTE

1.5 Assumir toda a responsabilidade e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados, acidentados ou com mal súbito, por meio de seus encarregados;

1.6 Enviar, mensalmente, à Contratada, para fins de fiscalização, um relatório contendo os seguintes campos: nome completo do empregado, matrícula, função exercida, dias efetivamente trabalhados, horas trabalhadas, férias, licenças, faltas, ocorrências, além de enviar as folhas de ponto individuais de todos os colaboradores alocados no Contrato devidamente assinada para ser anexada a Nota Fiscal do mês competente

1.7 Fazer seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, responsabilizando-se também, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato, conforme exigência legal.



1.8 Fornecer, além dos salários, até o 5º dia útil do mês em referência:

1.8.1 Auxílio-alimentação e/ou refeição, na forma definida no acordo/convenção coletiva da categoria profissional;

1.8.2 Vale-transporte correspondente para assegurar o deslocamento diário do empregado no percurso residência/local de trabalho/residência, conforme Lei 7.418/85;

1.8.3 Assistência médica, na forma definida no acordo/convenção coletiva da categoria profissional.

1.9 Entregar as Notas Fiscais ou Faturas ao SEBRAE/BA, até o dia 20 de cada mês, juntamente com a documentação relativa à comprovação do adimplemento de suas obrigações trabalhistas, inclusive folha de pagamento, contribuições previdenciárias e de depósitos do FGTS, para com seus empregados;

1.10 Responsabilizar-se, de maneira exclusiva, pelas obrigações trabalhistas, fundiárias e previdenciárias dos seus empregados. Não obstante, a responsabilidade acima assentada, fica desde já ajustada que, caso algum empregado da **CONTRATADA** venha a reclamar contra o **SEBRAE/BA** perante o Judiciário trabalhista, mesmo após o término de vigência contratual, a **CONTRATADA** fica obrigada a efetuar o pagamento de quaisquer verbas da condenação, inclusive custas e honorários advocatícios;

1.11 Enviar ao SEBRAE/BA, no mês subsequente, juntamente com as faturas, guias de recolhimento de INSS e FGTS, bem como as cópias das fichas de empregados devidamente atualizadas;

1.12 Garantir um repouso de 10 (dez) minutos ao trabalhador, que deverá ser gozado a cada período de 90 minutos consecutivos trabalhados. Esse repouso não será deduzido da duração normal do trabalho, ex vi do art. 72 da Consolidação das Leis Trabalhistas;

1.13 Não exceder a 6 horas diárias, em nenhuma hipótese, a carga horária dos digitadores.

1.14 Manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidos na licitação.

2. São obrigações da CONTRATANTE

São obrigações da Contratante:

2.1 Orientar o pessoal da contratada quanto aos procedimentos e conhecimentos necessários à realização das tarefas de digitação;

2.2 Acompanhar a execução dos serviços, sem prejuízo da responsabilidade do fornecedor, cabendo-lhe decidir pela aceitação ou não das soluções e dos serviços apresentados, exigindo o fiel cumprimento de todos os requisitos desse contrato e da proposta apresentada, avaliando,



Assinatura

Assinatura

Assinatura

Assinatura

3
Assinatura

também, a qualidade dos serviços apresentados, podendo rejeitá-los no todo ou em parte, com exposição de motivos.

2.3 Solicitar a substituição de qualquer empregado do fornecedor que apresente comportamento incompatível na prestação dos serviços ou quando verificada a falta de zelo e dedicação na execução das tarefas, objeto deste contrato.

2.4 Disponibilizar acesso aos sistemas necessários ao trabalho, disponíveis via web.

2.5 Disponibilizar a infraestrutura necessária para o desempenho das funções

2.6 Efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados, mediante a apresentação das Notas Fiscais/Faturas, devidamente atestadas, depois de constatado o cumprimento das obrigações do fornecedor;

2.7 Repassar todos os procedimentos administrativos a serem adotados para a execução dos serviços pelo fornecedor.

2.8 Realizar o provisionamento de parcelas relativas ao subitem **13.2** do Termo de Referência.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR GLOBAL E FORMA DE PAGAMENTO

Para os devidos fins legais, o valor anual do presente Contrato é estimado em **R\$ 1.060.198,56 (um milhão sessenta mil cento e noventa e oito reais e cinquenta e seis centavos)**, não estando o SEBRAE/BA obrigado a realizá-la em sua totalidade, e não cabendo à Contratada o direito de pleitear qualquer tipo de reparação, portanto o SEBRAE/BA se reserva o direito de, a seu critério, utilizar ou não a verba prevista.

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	MESES (A)	QUANT. (B)	VALOR UNITÁRIO POR POSTO (C)	VALOR TOTAL (A X B X C)
1	DIGITADOR/ SALVADOR	POSTO	12	17	R\$ 2.397,37	R\$ 40.755,29
2	DIGITADOR/ FEIRA DE SANTANA	POSTO	12	03	R\$ 2.392,65	R\$ 7.177,95
3	DIGITADOR/ SANTO ANTÔNIO DE JESUS	POSTO	12	02	R\$ 2.358,00	R\$ 4.716,00
4	DIGITADOR/ JUAZEIRO	POSTO	12	02	R\$ 2.394,56	R\$ 4.789,12
5	DIGITADOR/ IRECÊ	POSTO	12	02	R\$ 2.384,81	R\$ 4.769,62
6	DIGITADOR/ JACOBINA	POSTO	12	02	R\$ 2.340,91	R\$ 4.681,82
7	DIGITADOR/ VITÓRIA DA CONQUISTA	POSTO	12	03	R\$ 2.380,48	R\$ 7.141,44
8	DIGITADOR/ TEIXEIRA DE FREITAS	POSTO	12	02	R\$ 2.375,06	R\$ 4.750,12
9	DIGITADOR/ ILHÉUS	POSTO	12	02	R\$ 2.389,69	R\$ 4.779,38

10	DIGITADOR/ BARREIRAS	POSTO	12	02	R\$ 2.394,57	R\$ 4.789,14
				37		
VALOR TOTAL MENSAL: (oitenta e oito mil trezentos e quarenta e nove reais e oitenta e oito centavos)						R\$ 88.349,88
VALOR TOTAL GLOBAL: (um milhão sessenta mil cento e noventa e oito reais e cinquenta e seis centavos)						R\$ 1.060.198,56

Parágrafo Primeiro - A estimativa de **R\$ 1.060.198,56 (um milhão sessenta mil cento e noventa e oito reais e cinquenta e seis centavos) ao ano** constitui-se em mera previsão dimensionada, não estando o SEBRAE/BA obrigado a realizá-la em sua totalidade, e não cabendo à Contratada o direito de pleitear qualquer tipo de reparação.

Parágrafo Segundo - O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias da apresentação da Nota Fiscal, emitida sempre no primeiro dia útil do mês subsequente a prestação de serviços, após conferência dos serviços realizados e atesto da Coordenação de Administração - CAD. As faturas/duplicatas de reembolso obedecerão o mesmo prazo para pagamento.

Parágrafo Terceiro - Esse valor poderá ser revisto, nos casos de alteração na política econômica e/ou de revisão no orçamento do SEBRAE/BA.

Parágrafo Quarto - O pagamento do serviço objeto da Ordem de Serviço e/ou Contrato será efetuado pelo CONTRATANTE através de crédito na conta bancária da CONTRATADA ou cobrança bancária através de boleto de responsabilidade do sacado, desde que cumpridas as condições estabelecidas.

Parágrafo Quinto - A CONTRATADA indicar o nome do estabelecimento bancário e agência, com os respectivos códigos, número de conta corrente e praça de pagamento, considerando que os pagamentos serão efetuados, preferencialmente, através de cobrança bancária, ou depósito em conta corrente do Banco do Brasil.

Parágrafo Sexto - A Nota Fiscal deve, obrigatoriamente, conter a razão social, endereço, CNPJ e número da Ordem de Serviço que a originou, sob pena de devolução para ajustes;

Parágrafo Sétimo - Não serão aceitas Notas Fiscais que possuam rasuras ou ausência de dados obrigatórios;

Parágrafo Oitavo - Para pagamento a CONTRATADA deverá comprovar regularidade fiscal junto a Fazenda Nacional, a Seguridade Social (INSS) e a Caixa Econômica Federal (FGTS);

Parágrafo Nono - O SEBRAE/BA poderá deduzir do montante a ser pago o valor correspondente a eventuais multas ou indenizações, devidas pela **CONTRATADA**.

Parágrafo Décimo - No valor dos serviços estarão incluídos todos os impostos e encargos de todas as naturezas e espécies que porventura possam recair sobre a prestação de serviços.

Parágrafo Décimo Primeiro - Será permitida a repactuação do valor do Contrato, cabendo à





CONTRATADA, no escopo de sua solicitação, justificar e comprovar a variação dos componentes dos custos do Contrato, apresentando inclusive a memória de cálculo e planilhas apropriadas para análise e posterior aprovação pelo CONTRATANTE.

Parágrafo Décimo Segundo – A base para estabelecimento de critérios de repactuação de preços serão as Convenções Coletivas de Trabalho dos Sindicatos indicadas no Edital em referência, ou ainda, na ausência de regulação por tais instrumentos, o preço praticado no mercado ou apurado em publicações ou pesquisas setoriais para a categoria profissional correspondente.

Parágrafo Décimo Terceiro – A CONTRATADA deverá refazer as planilhas referentes às funções levando em conta os novos valores previstos na CCT/ACT.

Parágrafo Décimo Quarto – O pedido deverá ser instruído com a CCT/ACT, prova de registro no sindicato e as novas planilhas.

CLÁUSULA SEXTA – DO GESTOR, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

Fica designado o colaborador **ALEX ANTÔNIO CONCEIÇÃO SANTIAGO**, empregado da CONTRATANTE, identificado pela matrícula sob o nº 1107, gestor do presente contrato e por consequência, responsável legal para os correspondentes efeitos, especialmente no que tange à fiscalização e acompanhamento da efetiva execução do seu objeto.

Parágrafo Primeiro - Compete ao gestor dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do objeto, bem como apurar possíveis descumprimentos dos dispositivos deste Projeto Básico.

Parágrafo Segundo – Fica facultado ao SEBRAE/BA, pela mera notificação à contratada, a substituição unilateral do Gestor do Contrato ora designado.

Parágrafo Terceiro – Os serviços prestados serão recebidos na conformidade do Regulamento de Licitações e Contratos do Sistema SEBRAE, sendo que o SEBRAE/BA se reserva ao direito de, a seu critério, acompanhar, fiscalizar e auditar a execução dos serviços prestados, nos aspectos técnico, de segurança, de confiabilidade e quaisquer outros de seu interesse, através de pessoal próprio ou de terceiros designados para este fim, podendo:

- a) Notificar a CONTRATADA quanto a defeitos ou irregularidades verificados na execução do objeto deste PROJETO BÁSICO, bem como quanto a qualquer ocorrência relativa ao comportamento de seus técnicos, quando em atendimento, que venha a ser considerado prejudicial ou inconveniente para o SEBRAE/BA;
- b) Comunicar, por escrito, à CONTRATADA, toda e qualquer orientação acerca dos serviços, excetuados os entendimentos orais determinados pela urgência, que deverão ser confirmados, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas úteis;
- c) Avaliar a qualidade da execução dos serviços, podendo rejeitá-los no todo ou em parte;





- d) Supervisionar e avaliar todas as ações que forem desenvolvidas pela CONTRATADA;
- e) Proceder a mais ampla fiscalização sobre a fiel entrega e execução dos serviços objeto deste Contrato, sem prejuízo da responsabilidade da CONTRATADA.
- f) Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução contratual, em especial, aplicação de sanções e alterações do mesmo;
- g) Ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição de empregados de sua CONTRATADA que estiver sem identificação ou crachá, que embargar ou dificultar a sua fiscalização ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente.

Parágrafo Quarto – O gestor do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente, para as providências cabíveis.

Parágrafo Quinto - Incumbirá ao **CONTRATANTE** designar, para cada situação, técnicos de seu quadro de pessoal a quem caberá, por delegação, exercer a fiscalização da efetiva implementação das atividades por parte do **CONTRATADO**, a fim de evitar interrupções ou paralisações na execução dos serviços.

Parágrafo Sexto - A fiscalização feita pelo **CONTRATANTE** não diminui, substitui ou exclui a responsabilidade do **CONTRATADO** decorrente das obrigações aqui assumidas.

Parágrafo Sétimo – É dever do Gestor, em sede de fiscalização, comunicar, por escrito, quaisquer erros, omissões, incorreções ou discrepâncias eventualmente encontradas em especificações dos serviços, antes e/ou durante a sua execução.

Parágrafo Oitavo - Os serviços só serão considerados prestados após parecer favorável da fiscalização do **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA E DA EXECUÇÃO

A vigência e a execução respeitarão as seguintes disposições:

I – Da execução/prazo de entrega: Após recebimento de cada demanda pela Contratante, a contratada terá prazo de 24 (vinte e quatro) horas para iniciar os serviços demandados.

II - Do prazo de vigência: O contrato terá vigência de 12 meses, podendo ser prorrogado por até 60 meses, desde que respeitado o Regulamento de Licitações e de Contratos do Sistema SEBRAE e demais disposições aplicáveis, desde que ambas as partes manifestem interesse.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS



Assinatura

Assinatura

Assinatura

Assinatura

Assinatura

Assinatura

O presente Contrato não implica, para o SEBRAE/BA, vínculo ou obrigação trabalhista, direta ou indireta, de qualquer natureza, obrigando-se ainda a Contratada a manter o SEBRAE/BA a salvo de qualquer litígio, assumindo todas as obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias referentes ao pessoal utilizado para o cumprimento do presente ajuste.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

Em caso de inexecução total ou parcial na prestação do serviço, atraso na entrega ou qualquer inadimplência contratual, inclusive desatendimento das determinações da Fiscalização, a Contratada estará sujeita, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, no que couber, às seguintes penalidades:

I - Advertência;

II - Multas;

III - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o SEBRAE/BA, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, por prazo não superior a 2 (dois) anos, à critério do SEBRAE/BA;

a) A liberação da CONTRATADA da penalidade supra será concedida sempre que esta ressarcir o SEBRAE/BA pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada, com base na letra anterior.

Parágrafo Primeiro - As sanções previstas nos incisos "I" e "II" do *caput* poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso "I".

Parágrafo Segundo - As multas serão aplicadas para os seguintes casos e nos seguintes percentuais, limitadas a até 10% (dez por cento) sobre valor global adjudicado:

a) 2% (dois por cento) do valor total do contrato por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, aplicada em dobro em caso de reincidência, e sem prejuízo da multa aplicada na alínea anterior;

b) 5% (cinco por cento) sobre o valor total estimado da contratação para o licitante que não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital na assinatura do Contrato ou durante sua vigência;

c) até 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação, em caso de inexecução total.

Parágrafo Terceiro - Quando as multas atingirem o limite de 10% (dez por cento) do valor global adjudicado a SEBRAE/BA poderá promover resilição do contrato.

Parágrafo Quarto - A Contratada será responsabilizada pelos prejuízos que comprovadamente causar ao SEBRAE/BA em decorrência de dolo ou culpa, arcando com a indenização correspondente, da forma como se apurar em processo administrativo, assegurando, em qualquer caso, direito de defesa.



Parágrafo Quinto - Não serão aplicadas penalidades na ocorrência de casos fortuitos, ou de força maior ou razões de interesse público, desde que devidamente comprovados e enquadrados legalmente nestas situações.

Parágrafo Sexto - Ficará suspensa de contratar com o Sistema **SEBRAE**, por prazo não superior a 02 (dois) anos, garantido o direito prévio de citação e de ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a unidade que aplicou a penalidade, a contratante que:

- a) Ensejar o retardamento da execução do objeto deste contrato;
- b) Não mantiver a proposta, injustificadamente;
- c) Comportar-se de modo inidôneo;
- d) Fizer declaração falsa;
- e) Cometer fraude fiscal;
- f) Falhar ou fraudar na execução do Contrato.

Parágrafo Sétimo - As penalidades serão aplicadas com observância dos princípios da ampla defesa e do contraditório, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

Parágrafo Oitavo - As multas deverão ser recolhidas no prazo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da correspondente notificação, ou descontadas do pagamento, ou, ainda, quando for o caso, cobradas judicialmente.

Parágrafo Nono - Os descontos realizados na fatura da CONTRATADA através do uso do Acordo de Níveis de Serviço prevalecerão frente às penas de multa por ventura aplicadas, cabendo as multas para aqueles inadimplementos da CONTRATADA não previstos no Acordo de Níveis de Serviço.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO

O presente Contrato poderá ser rescindido unilateralmente, independente de notificação judicial ou extrajudicial, por descumprimento de qualquer de suas cláusulas, arcando a parte infratora com o ônus respectivo ou, nos casos de:

- 1) Inadimplemento total ou parcial das obrigações por parte da Contratada.
- 2) O SEBRAE/BA considerar que os serviços executados não são de boa qualidade e se constatar que a Contratada não terá condições de prosseguir com o atendimento conforme previsto.
- 3) A Contratada transferir o presente contrato no todo ou em parte a terceiros, sem a prévia e expressa autorização do SEBRAE/BA.
- 4) Falência da empresa.



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature on the right and several initials or smaller signatures on the left.

Parágrafo Único – No caso de rescisão por culpa da Contratada, promover-se-á um encontro de contas entre as partes, levando-se em consideração os serviços já executados e devidamente aceitos pelo SEBRAE/BA e dos pagamentos já realizados ou a se realizarem, cabendo a aplicação das penalidades previstas neste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DENÚNCIA

O SEBRAE/BA poderá denunciar o presente Contrato, a qualquer tempo, por conveniência administrativa, sem quaisquer ônus, mediante aviso por escrito com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, durante os quais permanecerão vigentes as bases do mesmo, ressalvadas as hipóteses de rescisão unilateral, hipótese em que o SEBRAE/BA assumirá imediatamente a execução dos serviços.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA ALOCAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos orçamentários e financeiros para o pagamento serão apropriados no **projeto**: Atendimento Territorial das respectivas Unidades Regionais; **Ação**: Suporte Operacional a Projetos Finalísticos Coletivos e demais atividades/projetos correspondentes à conta orçamentária de cada Unidade.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS

Os tributos devidos, inclusive aqueles de natureza trabalhista e previdenciária, em decorrência direta ou indireta, com a execução do presente Contrato por parte da **CONTRATADA**, serão de sua única e exclusiva responsabilidade, não cabendo à **CONTRATADA** qualquer direito, a título de reembolso ou compensação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1. Os impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais que sejam devidos em decorrência, direta ou indireta, do Contrato ou de sua execução, serão de exclusiva responsabilidade da Contratada, assim definido na norma tributária, sem direito a reembolso.
2. Os serviços a serem executados dependerão da demanda a ser manifestada pelo SEBRAE/BA, devidamente formalizado por email diretamente pela sua Coordenação de Administração
3. O **SEBRAE/BA** realizará uma reunião de integração com o Fornecedor no momento da entrega da sua via do contrato, estruturada da seguinte maneira:
 - a) Apresentação do mapa estratégico do SEBRAE/BA - Missão, visão, valores, objetivos estratégicos.
 - b) Leitura das principais cláusulas do contrato, para que não haja dúvidas sobre o fornecimento.
 - c) Informar que o **CONTRATADO** será avaliado com os critérios definidos pelo novo modelo de gestão do SEBRAE/BA, referente a prazo, conformidade e atendimento.



4. É vedada a subcontratação de empresas participantes do certame, conforme Art. 28 do Regulamento de Licitações e de Contrato do Sistema SEBRAE.

CLAUSULA DÉCIMA QUINTA – DO PROVISIONAMENTO

Com vistas a oferecer garantia ao cumprimento das obrigações trabalhistas, o SEBRAE/BA realizará o provisionamento de parcela relativa ao pagamento dos encargos trabalhistas da mão de obra cedida da empresa CONTRATADA para prestar serviços de forma não eventual, por meio de mão de obra dedicada, que serão destacadas da fatura mensal do contrato e serão depositados pela CONTRATANTE em conta vinculada, doravante, denominada conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação, aberta em nome do prestador de serviço.

Parágrafo Primeiro – O CONTRATANTE promoverá o provisionamento das verbas relativas aos seguintes encargos sociais e trabalhistas que incidem sobre os custos da mão de obra disponibilizada, conforme constem na Planilha de Formação de Preços (ANEXO III) da empresa vencedora do certame:

- Férias
- 13º salário
- Aviso Prévio trabalhado
- 1/3 de férias (Constitucional)
- Aviso prévio indenizado
- FGTS s/ aviso prévio
- Reflexos no aviso prévio indenizado
- Multa de FGTS
- Contribuição Social 10% sem FGTS
- Indenização adicional (art.467 CLT)

Parágrafo Segundo – A empresa contratada poderá solicitar a autorização do contratante para utilizar os valores da conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos no parágrafo anterior ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados da prestadora, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato e relativas à mão de obra disponibilizada para este CONTRATANTE.

- a) Para a liberação dos recursos em conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato, a empresa deverá apresentar ao contratante os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento;
- b) Após a confirmação da ocorrência da situação que ensejou o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista e a conferência dos cálculos, o contratante expedirá a autorização para a movimentação dos recursos creditados em conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação e a encaminhará à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos



132

J

L

P

a

1

11

documentos comprobatórios pela empresa;

- c) A autorização de que trata o **Parágrafo Segundo**, deverá especificar que a movimentação será exclusiva para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.

Parágrafo Terceiro – A empresa deverá apresentar ao contratante, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

Parágrafo Quarto – O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação será liberado à empresa no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado.

CLAUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PRESTAÇÃO DE GARANTIA DO CONTRATO

A Contratada deverá prestar em nome do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado da Bahia – SEBRAE/BA, em até 10 (dez) dias contados da assinatura deste Contrato, uma das garantias previstas no Artigo 27 do Regulamento de Licitações e de Contratos do Sistema SEBRAE, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor contratual.

Parágrafo Primeiro – O prestador poderá optar pelas seguintes formas de garantia dispostas no ANEXO VII desse Edital.

Parágrafo Segundo – A garantia depositada poderá, a critério do SEBRAE, ser utilizada para cobrir eventuais multas e/ou não cumprimento de obrigações contratuais assumidas pela Contratada.

Parágrafo Terceiro - O comprovante de recolhimento de qualquer das garantias, deverá ser apresentado à Unidade Demandante no prazo máximo supra estipulado, sob pena de rescisão contratual, estando passível de aplicação da multa correspondente a 10% (dez por cento) do valor anual do Contrato e aplicação da penalidade de suspensão do direito de contratar com o Sistema SEBRAE por período de até 2 (dois) anos.

Parágrafo Quarto - Em caso de prorrogação do prazo de vigência do Contrato que vier a ser firmado com a licitante vencedora, a garantia deverá ser renovada, mantendo-se o percentual de 2% (dois por cento) sobre o valor do Contrato. Ficam mantidas a aplicação das penalidades previstas no item 2 para os períodos de prorrogação, se não cumprida a obrigação da prestação da garantia.

Parágrafo Quinto - A garantia escolhida pela empresa Contratada poderá ser substituída por outra no decorrer da execução do Contrato, com a anuência do SEBRAE, observadas as modalidades previstas no Edital.

Parágrafo Sexto – A garantia deverá ser integralizada sempre que dela for deduzido o valor da multa contratual ou valores relativos ao não cumprimento de obrigações contratuais assumidas.



A3

J

L

O

P

12

Parágrafo Sétimo - A garantia prestada pela empresa Contratada será liberada, após o término do Contrato, após os descontos devidos correspondentes a multas e obrigações contratuais não cumpridas.

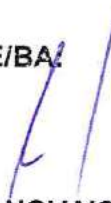
CLAUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO


Fica eleito o foro da Comarca de Salvador, Estado da Bahia, para dirimir quaisquer questões decorrentes da execução deste Contrato, renunciando as partes, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e acordados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, para que produza seus correspondentes efeitos legais.


Salvador (BA), 25 de julho de 2017.

Pelo **SEBRAE/BA**:


ADHVAN NOVAIS FURTADO
Diretor Superintendente


JOSÉ CABRAL FERREIRA
Diretor Administrativo Financeiro


Gestor designado pelo **SEBRAE/BA**:


ALEX ANTÔNIO CONCEIÇÃO SANTIAGO
Matrícula nº 1107


Pela **CONTRATADA**:


ARIOVALDO BARRETO SANTANA
Sócio


VANEILA SUELY LOPES SANTANA
Sócio


KELVIN LOPES SANTANA
Não Sócio

TESTEMUNHAS:

1. 
CPF: 780.378.245-00

2. 
CPF: 079.266.506-68



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (17/12/2019 às 14:28) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CPF nº 006.897.275-00.

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.

Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/>

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 5DF9.1029.B2B1.C689 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (17/12/2019 às 14:26) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CNPJ nº 04.145.970/0001-36.

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.

Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/>

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 5DF9.0FBA.6738.7578 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php

FILTROS APLICADOS:**CPF / CNPJ:** 00689727500**LIMPAR****Data da consulta:** 17/12/2019 15:36:12**Data da última atualização:** 17/12/2019 12:00:04

DETALHAR	CNPJ/CPF DO SANCIONADO	NOME DO SANCIONADO	UF DO SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	TIPO DA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO
Nenhum registro encontrado						

FILTROS APLICADOS:**CPF / CNPJ:** 04145970000136**LIMPAR****Data da consulta:** 17/12/2019 15:31:27**Data da última atualização:** 17/12/2019 12:00:04

DETALHAR	CNPJ/CPF DO SANCIONADO	NOME DO SANCIONADO	UF DO SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	TIPO DA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO
Nenhum registro encontrado						



Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas do Fornecedor

Dados do Fornecedor

CNPJ: 04.145.970/0001-36
Razão Social: MAXSERV SERVICOS DE CONSERVACAO E LIMPEZA LTDA
Nome Fantasia: MAXSERV SERVICOS
Situação do Fornecedor: Credenciado

Vínculo 1: Fornecedor 13.416.744/0001-33 - SEVMAX VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA

CPF/CNPJ comum: 006.897.275-00	Vínculo com 04.145.970/0001-36: Sócio/Admin.	Vínculo com 13.416.744/0001-33: Sócio/Admin.
182.320.195-49	Sócio/Admin inativo (20/08/2018 11:31).	Sócio/Admin.
258.021.865-34	Dirigente e Sócio/Admin.	Cônjuge do Sócio/Admin 386.206.855-20, Dirigente e Sócio/Admin.
386.206.855-20	Cônjuge do Dirigente 258.021.865-34, Cônjuge do Sócio/Admin 258.021.865-34 e Sócio/Admin.	Cônjuge do Dirigente 258.021.865-34, Cônjuge do Sócio/Admin 258.021.865-34 e Sócio/Admin.

Ocorrências do vínculo 1:

Tipo da Ocorrência:	Impedimento de Licitar e Contratar - Lei nº 10.520/02, art. 7ª		
UASG Sancionadora:	155884 - IF BAIANO - CAMPUS ITABERABA		
Âmbito da Sanção:	União		
Prazo Inicial:	23/08/2019	Prazo Final:	23/08/2020

Tipo da Ocorrência:	Impedimento de Licitar e Contratar - Lei nº 10.520/02, art. 7ª		
UASG Sancionadora:	155884 - IF BAIANO - CAMPUS ITABERABA		
Âmbito da Sanção:	União		
Prazo Inicial:	23/08/2019	Prazo Final:	23/08/2020

Ao

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Att: Sr. Pregoeiro

Ref.: Pregão Eletrônico nº 49/2019 – Esclarecimentos referentes à ocorrência de Impedimento indireto de Licitar.

A empresa **MAXSERV SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO E LIMPEZA LTDA** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ: 04.145.970/0001-36, com sede a Rua Ailton Simas, nº 265/B - Lote Jardim Cristal - Bairro Centro - CEP. 42.702-870 - Lauro de Freitas/Bahia telefone: (71)3288-2477-(73)9162-0100, e-mail: comercial@sevmax.com.br, por intermédio de seu representante legal, Kelvin Lopes Barreto Santana, RG. Nº 12773861-45, CPF. 006.897.275-00, infra-assinado e para fins de participação no PREGÃO ELETRÔNICO Nº 49/2019 – TRE/BA, vem, por meio deste, tecer esclarecimentos referente à contestada ocorrência impeditiva **indiretade** Licitar, verificada no Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF da empresa vencedora no qual apontou sócios em comum com a empresa apenas SEVMAX, CNPJ: 13.416.744/0001-33.

Primeiramente importa trazer recente acórdão de nº 2218/2011:

"Presume-se fraude quando a sociedade que procura participar de certame licitatório possui objeto social similar e, cumulativamente, ao menos um sócio-controlador e/ou sócio-gerente em comum com a entidade apenas com as sanções de suspensão temporária ou declaração de inidoneidade, previstas nos incisos III e IV do art. 87 da Lei 8.666/1993". (g.n)

No caso vertente, anotou o relator, há "muito mais elementos de convicção acerca da existência de tentativa de burla ao disposto na Lei 8.666/1993 do que a hipótese delineada no acórdão mencionado". Em seu entendimento, "três características fundamentais permitem configurar a ocorrência de abuso da personalidade jurídica neste caso: a) a **completa identidade dos sócios-proprietários**; b) a **atuação no mesmo ramo de atividades**; c) a **transferência integral do acervo técnico e humano**".

No caso em tela, torna evidente que nenhuma das três características se aplica a empresa arrematante deste certame, uma vez que percebe-se distinção do quadro societário entre as empresas, não existe compatibilidade entre os ramos de atividade das empresas, e não houve transferência do acervo técnico humano, haja vista a continuidade da operacionalização da empresa apenas.

MAXSERV SERVIÇOS LTDA.

CNPJ: 04.145.970/0001-36

Rua Ailton Simas, nº 265. Lote Jardim Cristal. Centro. | Lauro De Freitas – Bahia. CEP: 42.702.870

De acordo com o STJ são indicadores de fraude a presença cumulativa dos seguintes elementos, vejamos:

"A constituição de nova sociedade, com o mesmo objeto social, com os mesmos sócios e com o mesmo endereço, em substituição a outra declarada inidônea para licitar com a Administração Pública Estadual, com o objetivo de burlar a aplicação da sanção administrativa, constitui abuso de forma e fraude à Lei de Licitações Lei n.º 8.666/93, de modo a possibilitar a aplicação da teoria da desconconsideração da personalidade jurídica para estenderem-se os efeitos da sanção administrativa à nova sociedade constituída."

Sobre o supracitado é essencial considerar que a empresa MAXSERV foi constituída na data 13/11/2000, enquanto a empresa apenada no dia 24/03/2011, não se tratando assim de constituição de nova sociedade.

Por fim, entendemos a funcionalidade do SICAF no que diz respeito ao alerta no momento da consulta da situação do fornecedor pelo gestor público. A regra implementada realiza o cruzamento de informações referentes a ocorrências impeditivas indiretas do fornecedor e visa evitar possíveis tentativas de burla à penalidade de inidoneidade e de impedimento de contratar ou licitar com a Administração Pública, por intermédio da constituição de outra sociedade empresarial, pertencente aos mesmos sócios e que atue na mesma área.

Assim, constatado o alerta da restrição citada, devem ser avaliadas as circunstâncias, os fatos concretos e os indícios de que houve a criação ou o uso de pessoa jurídica exclusivamente com o intuito de possibilitar a embaça da pena administrativa anteriormente aplicada.

Perceba-se, que em regra, não há qualquer restrição à contratação de empresas cujos sócios, eventualmente, tenham contra si a indicação de uma ocorrência impeditiva indireta, uma vez que a sanção ocorre à empresa e não aos sócios, e por isso a ela fica restrita. Isto quer significar que não se pode presumir que uma outra empresa de que esse sócio faça parte, vá praticar as mesmas condutas que ensejaram a penalização da primeira.

No entanto, o alerta no SICAF, serve para que o pregoeiro faça diligências à respeito, a fim de verificar se há ou não a intenção de burlar o sancionamento, desde que evidenciado que os sócios estão criando uma nova empresa para burlar a aplicação da penalidade.

Por fim, após a desconfiguração relacionada às personalidades jurídicas conforme acima elucidado, a título de informação, a penalidade aplicada à empresa SEVMAX foi extremamente desproporcional e desarrazoada, tendo sido amparada e aplicada pela recusa de comunicação e compreensão pessoal de um gestor específico responsável pelas unidades do IFBaiano; Razões estas que conduziram às decisões liminares a favor da empresa apenada, restando somente uma penalidade a ser julgada.

Derradeiramente, diante dos fatos apresentados, solicitamos que com base nos princípios básicos norteadores do instrumento convocatório elencado no caput do artigo 37 da Constituição Federal, na lei geral de licitações 8666/93 e do princípio da autotutela trazido pela lei do processo administrativo 9784/99, seja desconsiderada a ocorrência impeditiva de licitar, passando assim a análise da proposta, habilitação e a almejada adjudicação.

É o que se pede.
Atenciosamente,

Lauro de Freitas, 18 de Dezembro de 2019.



MAXSERV SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO E LIMPEZA LTDA
CNPJ: 04.145.970/0001-36
Kelvin Lopes Santana
CPF. 006.897.275-00
Diretor.